

POLÍTICAS PÚBLICAS E A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR: DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Sara Silva Pantoja¹

¹Graduanda do Curso de Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Abaetetuba,

Pará, Brasil, saraeduan2016@gmail.com

Introdução

O presente trabalho faz referência a observação dos Profissionais de Apoio Escolar (PAE) em uma instituição de ensino da rede municipal de educação no município de Abaetetuba – Pa. O interesse pelo assunto se deu através da observação participante na EMEF Mariuadir Santos, no período de vivência, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, no ano de 2024, a escolha do tema também está relacionada a uma motivação pessoal, a partir da experiência como mãe de uma criança com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Essa vivência despertou o interesse em compreender como ocorre o processo de ensino e aprendizagem de estudantes que necessitam de apoio escolar. No entanto, o estudo não se limita a essa experiência individual, buscando analisar a inclusão escolar de forma mais ampla, considerando a formação profissional e continuada do PAE e as políticas públicas envolvidas no processo de contratação deste profissional. Destituído de um Plano de Cargos e Carreiras das perspectivas concretas de progressão funcional e desconsiderado para inclusão no quadro efetivo da prefeitura por meio de concurso público, o debate acerca da situação do profissional, antes denominado “Cuidador Escolar” torna-se imperativo por diversas razões, principalmente por lidar com crianças que necessitam de suporte escolar voltado para a inclusão. Evidencia-se a preocupação acerca da insuficiente formação técnica e pedagógica desse profissional, pois emerge a inquietação sobre a real forma de amparo dispensada ao discente enquadrado como Pessoa Com Deficiência (PCD) e/ou com Transtorno do Neurodesenvolvimento no ambiente escolar. Do ponto de vista acadêmico, o estudo apresenta grande valia, pois contribui para o avanço do conhecimento científico e das práticas educacionais inclusivas tais como a produção de conhecimentos a respeito da função ainda em consolidação; a contribuição para a formação de novos docentes trazendo como referência Bezerra (2020), Nascimento e Rocha (2022), Giaretta; Reis e Silva (2023) quais analisam, em seus respectivos estudos, sobre inclusão social, o profissional de Apoio Escolar dentro das Políticas Públicas de educação especial, discutem a judicialização, regulamentação municipal e políticas locais, formação e atuação profissional ao analisar as relações de trabalho e regulamentação da profissão, ampliando o debate teórico e empírico sobre o profissional de apoio escolar. Deste modo, o presente estudo tem como objeto de pesquisa “As narrativas de vivências e experiências formativas destes profissionais”.

Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, tendo em vista o propósito de investigar aprofundadamente o papel do profissional de Apoio Escolar, no que tange suas dimensões

sociais, profissionais e normativas. Segundo Minayo, (2001, p. 21) “a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Dessa forma, a abordagem qualitativa nos permite a análise de significados, valores e interpretações presentes nas relações humanas, sendo adequada para investigações que envolvem fenômenos complexos e contextuais. Sua idealização parte da Observação Participante que é a forma de observação mais utilizada na pesquisa qualitativa e consiste na participação real na vida da comunidade, grupo ou determinada situação. (Oliveira; Santos e Florêncio, 2019, p.30). Foi realizada uma entrevista, mais precisamente um diálogo aberto com os entrevistados, para posteriormente fazer o que Bardin (2011) define como análise de conteúdo já que este método constitui um conjunto de técnicas que permite analisar comunicações de forma sistemática, possibilitando a identificação de categorias e significados presentes nos discursos dos participantes. O estudo foi fundamentado através da pesquisa bibliográfica que abordam a temática em estudo. Conforme destaca Gil, “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” Gil, (2008, p. 50).

Resultados e Discussões

A análise do diálogo realizado a partir das observações em campo e das entrevistas revelaram que o Profissional de Apoio Escolar (PAE) desempenha um papel primordial no processo de inclusão de estudantes com deficiência e transtornos do neurodesenvolvimento, sobretudo no acompanhamento individualizado e na mediação das atividades pedagógicas. A Lei Brasileira de Inclusão – LBI – (Lei n. 13.146, 2015) destaca a importância do profissional de apoio escolar. Assim como a Lei nº 529/2019, ao instituir o cargo de Profissional de Apoio Escolar no município de Abaetetuba, representa um avanço no âmbito da educação inclusiva, ao prever a atuação de um agente voltado para o atendimento de estudantes com deficiência na rede pública de ensino. Todavia, os resultados apontam para uma significativa fragilidade na definição de suas atribuições, à exigência da formação específica e aos critérios de ingresso na função. Nesse sentido, destaca-se a ausência de concurso público como forma de provimento de cargo, o que pode resultar em vínculos de trabalhos precários, alta rotatividade de profissionais e descontinuidade no acompanhamento dos discentes. Tais fatores podem prejudicar a clareza do trabalho do profissional e a qualidade do serviço, dificultando a efetivação da educação inclusiva no município. Nascimento e Rocha (2022, p.468) reforçam a “necessidade de que sejam definidas diretrizes que regulamentem a função, as atribuições, perfil profissional, condições de trabalho e formação necessária para o exercício dos que hoje são nomeados em documentos oficiais como profissionais de apoio escolar.”

Torna-se fundamental refletir sobre as condições de atuação do PAE, especialmente no que se refere à definição de suas atribuições e à sua formação. A ausência de delimitações claras pode gerar distorções no exercício da função, impactando diretamente a qualidade do atendimento educacional ofertado. Isto se faz necessário, pois, como alerta Bezerra (2020, p.685):

tal profissional acaba sendo posto na função equivalente à de um professor especializado, o que pode ser lido como precarização das condições de trabalho docente, à medida que se desqualifica a formação especializada e o papel do professor da Educação Especial, em nome de alternativas consideradas mais baratas do ponto de vista econômico para as redes públicas de ensino.

Observou-se, também, que a maioria dos entrevistados da pesquisa relatou possuir formação específica na área da educação inclusiva, porém não adequada às reais necessidades do público-alvo (Pessoa Com Deficiência (PCD) e/ou com Transtorno do Neurodesenvolvimento), haja vista que para ser “PAE”, basta que seja feito um curso online de cuidador com a carga horária mínima de 180h ou formação continuada promovida pelo sistema municipal de ensino.

Diante desse cenário, percebe-se que, embora haja um esforço em garantir alguma formação aos profissionais de apoio escolar, este ainda se mostra insuficiente frente às demandas reais do público atendido, revelando fragilidades estruturais na efetivação da educação inclusiva. A oferta de cursos “aligeirados” e pouco aprofundados evidencia uma lógica de atendimento mínimo, que não assegura a qualidade necessária ao processo educativo. Os autores destacam:

A manutenção dos princípios e das políticas de educação inclusiva nos marcos das políticas neoliberais de controle fiscal, restritiva ao investimento público-estatal, em termos práticos, expressam-se impraticáveis, restando apenas o reconhecimento de possível funcionalidade ideológica, a saber: responsabilizar o sistema educacional – nele, os professores – por ampla divulgação de um programa de inclusão via acesso escolar, mas deslocada de condições políticas e orçamentárias para sua efetivação. (Giaretta; Reis; Silva, 2023, p.541)

Desta forma, tal lacuna formativa observada impacta diretamente na qualidade do atendimento ofertado aos estudantes, uma vez que limita o desenvolvimento de práticas pedagógicas adequadas às necessidades educacionais específicas, sobretudo no caso de alunos com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e outras condições do neurodesenvolvimento. Alguns deles relataram que o curso por eles realizado, foi de forma online, com poucas horas reais de duração. Situações como essa contribuem para a fragilidade e desconfiança dos pais de estudantes PCDs e/ou com Transtorno do Neurodesenvolvimento para com os PAES.

Durante o diálogo, os entrevistados relataram que o seu processo de contratação, para atuar como PAE se deu através de apontamento, tanto por profissionais da área da educação quanto por políticos locais. Refletindo acerca da fala dos entrevistados, em consonância que Lotta (2019), diz a sobre a implementação de políticas públicas ocorre no cotidiano por meio da atuação dos chamados burocratas de nível de rua, cujas decisões e práticas influenciam diretamente os resultados das políticas, percebo que o Profissional de Apoio Escolar pode ser compreendido como um desses agentes, pois atua diretamente na mediação das políticas de educação inclusiva no ambiente escolar. Dessa forma, uma regulamentação não consolidada da profissão pode comprometer a qualidade dessa implementação, uma vez que limita a clareza de suas atribuições e a qualificação de sua atuação.

Conclusões

A formação do Profissional de Apoio Escolar constitui um pilar fundamental para a melhoria da qualidade da educação especial na perspectiva inclusiva. Trata-se de uma função que vai além do simples “serviço de apoio”, pois, quando bem estruturada, articulada e valorizada, contribui significativamente para que as instituições de ensino concretizem o ideal de uma educação pública de qualidade.

Quando o poder público oferece o suporte necessário aos profissionais, neste caso aos PAEs, lhes garantindo formação específica, infraestrutura adequada, valorização profissional e articulação entre os membros da equipe escolar (professores, gestão e apoio), fortalece-se a base para que a escola se consolide como um espaço de aprendizagem, inclusão e cidadania. O Profissional de Apoio Escolar deve dispor de características e condições específicas, em consonância com o contexto da rede local, tais como: formação inicial e continuada adequada, assegurando a preparação necessária para o exercício da função; acesso a recursos e infraestrutura, considerando realidades como a do município de Abaetetuba, marcado pela presença de comunidades ribeirinhas e quilombolas, com limitações de acesso e investimentos; reconhecimento e valorização profissional, por meio de concurso público, remuneração adequada e plano de cargos e carreiras; além da adequação às políticas públicas e às demandas do contexto educacional.

Reitera-se que a política de educação inclusiva só se efetiva no cotidiano escolar quando o PAE consegue oferecer o suporte necessário ao estudante. Sem formação adequada, reconhecimento e estabilidade profissional, especialmente por meio do concurso público, a atuação desse profissional torna-se fragilizada, comprometendo a efetivação das políticas, mesmo quando a legislação assegura o direito à inclusão.

Palavras-Chave: Educação inclusiva, Políticas públicas educacionais, Profissional de Apoio Escolar (PAE)

Referências Bibliográficas

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEZERRA, Giovani Ferreira. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: a Problemática do Profissional de Apoio à Inclusão Escolar como um de seus Efeitos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 26, n. 4, p. 673–688, out. 2020.

GIARETA, Paulo Fioravante; REIS, Iracema de Souza; SILVA, Felipe de Lima. A Política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva no contexto da Política Neoliberal: . **Revista Ensin@ UFMS**, [S. l.], v. 4, n. 8, p. 521–548, 2023. DOI: [10.55028/revens.v4i8.19095](https://doi.org/10.55028/revens.v4i8.19095). Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/anacptl/article/view/19095>. Acesso em: 30 mar. 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. (2015). Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm

Lei nº 529/2019, de 15 de março de 2019. (2019). Dispõe Sobre a Criação do Cargo de Profissional de Apoio Escolar para Alunos com Deficiência da Rede Pública Municipal de Ensino do Município de Abaetetuba e dá Outras Providências.

LOTTA, Gabriela. **Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NASCIMENTO, Priscila de Souza; ROCHA, Rícael Spirandeli. Políticas públicas de educação inclusiva: uma perspectiva entre os profissionais de apoio escolar e estudante

mediado . **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 456–471, 2022.

DOI: [10.14393/REPOD-v11n1a2022-61629](https://doi.org/10.14393/REPOD-v11n1a2022-61629). Disponível

em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/61629>. Acesso em: 25 fev. 2026.

OLIVEIRA, Ana Cristina Barbosa de; SANTOS, Carlos Alberto Batista dos; FLORÊNCIO, Roberto Remígio. Métodos e técnicas de pesquisa em educação. **Revista Científica da FASETE**, 2019. 36 – 50. [s.l: s.n.]. Disponível em:

<https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2019/21/metodos_%20e_tecnicas_de_pesquisa_em_educacao.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2026.



REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP

Associação Nacional de Instituições de Ensino Superior